



Número: 0600776-25.2024.6.27.0009

Classe: REPRESENTAÇÃO  
Órgão julgador: 009ª ZONA ELEITORAL DE TOCANTINÓPOLIS TO  
Última distribuição : 28/09/2024  
Valor da causa: R\$ 0,00  
Assuntos: Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Carreata/Caminhada/Passeata  
Segredo de Justiça? NÃO  
Justiça gratuita? NÃO  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes	Advogados
POR AMOR A NAZARÉ [REPUBLICANOS/UNIÃO] - NAZARÉ - TO (REPRESENTANTE)	
	LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA registrado(a) civilmente como LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA (ADVOGADO) HELIO ONORIO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) STEFANY CRISTINA DA SILVA (ADVOGADO)
ELEICAO 2024 CLAYTON PAULO RODRIGUES PREFEITO (REPRESENTADO)	
CLAYTON PAULO RODRIGUES (REPRESENTADO)	
	RAQUEL ALBUQUERQUE DOS SANTOS (ADVOGADO) MURILO RODRIGUES TEIXEIRA (ADVOGADO)
A COLIGAÇÃO O PROGRESSO CONTINUA - PSD, PL PP - NAZARÉ/TO (REPRESENTADA)	

Outros participantes	
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
122816899	02/10/2024 21:22	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

## 009ª ZONA ELEITORAL DE TOCANTINÓPOLIS TO

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600776-25.2024.6.27.0009

REPRESENTANTE: POR AMOR A NAZARÉ [REPUBLICANOS/UNIÃO] - NAZARÉ - TO

Advogado(s): LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA REGISTRADO(A) CIVILMENTE COMO LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA, HELIO ONORIO DA SILVA JUNIOR, STEFANY CRISTINA DA SILVA

REPRESENTADO: CLAYTON PAULO RODRIGUES

REPRESENTADA: A COLIGAÇÃO O PROGRESSO CONTINUA - PSD, PL PP - NAZARÉ/TO

Advogado(s) do reclamado: RAQUEL ALBUQUERQUE DOS SANTOS, MURILO RODRIGUES TEIXEIRA

### DECISÃO

Trata-se de EMBARGOS OPOSTOS pela Coligação POR AMOR A NAZARÉ, em face de sentença id. 122815773.

Na sentença embargada, consta a seguinte decisão:

Ante o exposto, REVOGO A DECISÃO LIMINAR, mantendo-se autorizada a realização de ambos os eventos, de ambas as coligações, nas datas já mencionadas e comunicadas nos ofícios (id 122813930 e 122805818), e com fucro no art. 487, do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da Represenante, DETERMINANDO, ainda:

1. Se houver necessidade de alteração de rotas, ou de alterações pontuais, para se garantir distanciamento mínimo - situação esta a ser analisada pela autoridade policial responsável pela segurança - a AUTORIDADE POLICIAL competente DEVE DAR PREFERÊNCIA da localidade à coligação O PROGRESSO CONTINUA, uma vez que foi a primeira a comunicar a realização do evento (19.08.2024, às 9h), para fins de se garantir o disposto no art. 39, §§1º e 2º, da Lei 9.504/1997;
2. A coligação que não gozar do direito de preferência e desrespeitar o disposto no item 1 - caso haja necessidade das alterações apontadas - ficará sujeita a aplicações de multas a serem fixadas por este juízo;
3. Oficie-se a Unidade da Polícia Militar responsável, da unidade eleitoral de Nazaré/TO, dando ciência do inteiro teor desta decisão, a fim de que sua atuação seja orientada nos termos dos parágrafos primeiro e segundo do art. 39 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97);



Acontece que este juízo foi induzido a erro, conforme se demonstrará.

**Chegou a este juízo, em momento posterior à sentença, documentação OMITIDA pela COLIGAÇÃO CONTESTANTE (Coligação O PROGRESSO CONTINUA). Tal omissão levou este juízo a incorrer em equívoco quanto ao direito de preferência, disposto no art. 39, §§ 1º e 2º, da Lei das Eleições, uma vez que a documentação juntada pela contestante atestava que a comunicação teria sido às 9h da manhã (até então anterior à comunicação da coligação concorrente), FATO VEEMENTEMENTE NEGADO PELO OFICIAL da PM, 1º Sargento José Ilmar, conforme se extrai das informações anexas (ID 122817042).**

O direito de reunião, garantido pela Constituição Federal, também observado na seara eleitoral, deve ser exercido de maneira que não comprometa o princípio da isonomia na disputa democrática.

É cediço que esse direito não demanda autorização prévia para sua realização, servindo para garantir que a instituição policial seja informada sobre o evento, para assegurar que o local não seja ocupado por outro evento no mesmo dia e horário, a fim de preservar a segurança das pessoas envolvidas e manter a ordem pública.

A prioridade é dada com base na ordem das comunicações feitas à polícia, ou seja, o primeiro a informar tem preferência para usar o local desejado, neste sentido assim prescreve a Resolução nº 23.610/2019 TSE:

Art. 13. A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia (Lei nº 9.504/1997, art. 39, caput). § 1º A candidata, o candidato, o partido político, a federação ou a coligação que promover o ato fará a devida comunicação à Polícia Militar com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, a fim de que essa lhe garanta, segundo a prioridade do aviso, o direito contra quem pretenda usar o local no mesmo dia e horário (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 1º). (Redação dada pela Resolução nº 23.671/2021).

Ademais, ressalto **não ser possível que os eventos ocorram no mesmo dia e local**, sendo notório e público que o efetivo policial do município de Nazaré/TO não é suficiente para garantir a ordem pública, resguardar a integridade física e a incolumidade dos participantes dos eventos.

Nestes termos:

a) **Reconheço**, com fundamento no art. 39, §§1º e 2º da Lei das Eleições, o **direito de precedência da Coligação "POR AMOR A NAZARÉ"** na realização do evento, uma vez que **realizou comunicação às 9h 45min (id 122817357), do dia 19.08.2024, anterior, portanto, à comunicação da Coligação "O PROGRESSO CONTINUA" (às 15h, 19.08.2024);**

b) **Determino que a Coligação "O PROGRESSO CONTINUA" se abstenha de realizar carreta no mesmo local e horário previamente informados pela Coligação "POR AMOR A NAZARÉ", sob pena de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), podendo ainda incorrer nas sanções previstas no crime do art.**



**347 do Código Eleitoral:**

d) Comunique-se os fatos narrados na certidão id 122817042 ao Ministério Público Eleitoral;

**e) Comunique-se à Polícia Militar e demais órgãos de segurança pública sobre esta decisão para as providências cabíveis.**

**f) Intime-se o embargado para manifestar-se em 1 dia.**

Intimem-se as partes.

Cumpra-se.

TOCANTINÓPOLIS/TO, Data da assinatura eletrônica.

**CIRLENE MARIA DE ASSIS SANTOS OLIVEIRA - Juíza Eleitoral Auxiliar**  
(PORTARIA Nº 682/2024 PRES/DG/SGP/COPES)

